

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DA CULTURA E DA ARTE

PEQUENO ESTUDO SOBRE A PRIMEIRA BIOGRAFIA PUBLICADA
SOBRE O PADRE ANTÔNIO VIEIRA EM LISBOA, 1746

Aline Rabello Ferreira

Belo Horizonte

15 dez. 2010

Aline Rabello Ferreira

**PEQUENO ESTUDO SOBRE A PRIMEIRA BIOGRAFIA PUBLICADA
SOBRE O PADRE ANTÔNIO VIEIRA EM LISBOA, 1746**

Artigo final apresentado ao Curso de Especialização em História da Cultura e da Arte, do Departamento de História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Eduardo França Paiva

Belo horizonte

15 dez. 2011

PEQUENO ESTUDO SOBRE A PRIMEIRA BIOGRAFIA PUBLICADA SOBRE O PADRE ANTÔNIO VIEIRA EM LISBOA, 1746

Aline Rabello Ferreira

Resumo

No presente artigo pretendemos analisar a história da primeira biografia póstuma publicada sobre o Padre Antônio Vieira, religioso jesuíta e personagem de grande influência política e social na história de Portugal e do Brasil Colonial. Após descrever o livro em estudo, foi feita uma pequena contextualização da época de produção e publicação do livro e a seguir, uma análise descritiva dos elementos pré-textuais da obra, vestígios do trajeto do livro durante seu processo de produção. Ao final, foram feitas algumas considerações sobre os possíveis caminhos do livro após a publicação, levando em conta que o texto não tem vida sem a interferência do leitor.

Palavras-chave: História do livro. Padre Antônio Vieira - biografia. Portugal setecentista.

1 INTRODUÇÃO

Antônio Vieira (1608 – 1697) foi um ilustre personagem da história de Portugal e do Brasil colonial do século XVII. Padre da Companhia de Jesus, destacou-se por sua oratória e diplomacia, mas sua trajetória ficou marcada principalmente pela atuação como missionário jesuíta no Brasil, lutando em defesa dos índios e dos judeus, e pela abolição da escravatura. Alvo de muitas polêmicas e discussões, tanto em torno de sua vida quanto de suas obras, Padre Antônio Vieira foi muito pesquisado e estudado nos séculos seguintes, e ainda hoje sua obra inspira e gera diversas reflexões em torno de sua vida, sua época e seus pensamentos.

Dentre a infinidade de trabalhos sobre Antônio Vieira publicados após sua morte, nos interessa um em especial, que será o objeto de pesquisa deste artigo. Foi publicada em Lisboa em 1746 a primeira biografia sobre o Padre Vieira, escrita por outro padre jesuíta, André de Barros¹. Essa biografia contou com muitas reedições, mas nos interessa esta primeira edição, exatamente por ser a primeira biografia completa escrita sobre o polêmico padre. Para esta pesquisa utilizamos o exemplar original existente nas Coleções Especiais da Biblioteca Universitária da UFMG. Este exemplar foi adquirido pelo professor do Departamento de História Eduardo França Paiva, e posteriormente doado à referida Coleção. É a partir desse livro que dirigiremos este estudo².

A ocorrência de ser a *primeira* edição da *primeira* biografia de Vieira proporciona um valor subjetivo ao livro que edições posteriores da mesma obra não possuem. E isso acontece com a maioria das primeiras edições publicadas até o fim do século XIX. Este fato se deve, basicamente, por os livros serem, na maioria das vezes, publicados com o autor em vida, que pode aprovar a tiragem ou fazer modificações na obra ainda antes de ser vendida. Além disso, analisar as primeiras edições de uma obra oferece ao pesquisador ou crítico a oportunidade de comparar as diversas edições da obra, observar como ela se transformou através das várias edições e como foi recepcionada pelo mercado e pelos leitores em cada uma de suas vendagens.³

O trabalho aqui realizado não é mais do que a análise dessa obra, pois não se conhece ainda pesquisa que se tenha destinado a estudar esta biografia publicada sobre o Padre Antônio Vieira. Deste modo, o mote deste pequeno artigo é buscar compreender o processo de criação da referida obra e o contexto no qual se insere como forma de iniciar uma possível análise da recepção deste livro pela sociedade, ou seja, a história de suas leituras. Pela grandiosidade do tema e a enorme diversidade de assuntos e discussões que se pode travar partindo da história de um livro, nos limitaremos nesta pesquisa a descrever o processo de publicação da obra partindo das informações contidas nas páginas iniciais de sua primeira edição.

¹ Informações sobre a vida e os estudos do autor estão descritas e comentadas no desenvolvimento deste artigo. Ver p. 9 e 10.

² Fonte de Pesquisa: BARROS, André de. *Vida do apostólico padre Antônio Vieyra da Companhia de Jesus*. Lisboa: Nova Officina Sylviana, 1746. 686p.

³ MORAES, Rubens Borba de. *O Bibliófilo Aprendiz*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p.101.

Antes de mais, faz-se necessário definir qual o motivo de se diferenciar História do Livro e História da Leitura neste artigo. Entendemos que são áreas complementares e quase indissociáveis, mas aqui as separaremos simplesmente pelo fato de que trataremos muito mais da história da produção do livro do que de sua apropriação social devido aos objetivos acima especificados. Trataremos muito mais da história do livro do que da história de suas leituras. Sabemos ser esta uma tarefa enorme para poucas páginas. Não deixamos de crer, contudo, que, certamente, com esta pesquisa, conseguiremos resolver algumas questões, ainda que acrescentemos inúmeras outras a este objeto de estudo.

Destarte, concordamos com Robert Darnton quando este sugere que não há uma metodologia correta ou definitiva formada para se estudar um livro através do campo da história da leitura:

Como nossos ancestrais viviam em mundos mentais diferentes, devem ter lido de forma diferente, e a história da leitura poderia ser tão complexa quanto a história do pensamento. [...] Não há caminhos diretos ou atalhos, porque a leitura não é uma coisa distinta, como uma constituição ou uma ordem social, que pode ser rastreada através do tempo. É uma atividade que envolve uma relação peculiar – por um lado o leitor, por outro, o texto.⁴

O *texto* a que se refere Darnton, independentemente de seu suporte, vem acompanhado da história de sua produção e publicação. Ou seja, a história do poder e da influência que também exercem sobre o leitor os intermediários do livro, os editores e impressores, através de suas interferências no manuscrito durante o processo de produção do livro impresso. Complementando o comentário de Darnton, Jean-François Gilmont explica a história do livro como um fator necessário a uma história da leitura: “[...] é útil considerar o próprio livro e se perguntar pelas intenções de seus criadores. Sua apresentação material – formato, programação, ilustração, etc. – fornece indicações preciosas sobre o modo de leitura sugerido pelo editor.”⁵

Além disso, Roger Chartier alerta para a diferenciação entre o trabalho do autor e a transformação do manuscrito a livro impresso pelas mãos de editores e impressores:

⁴ DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 199 – 236.

⁵ GILMONT, Jean-François. Reformas Protestantes e a Leitura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.) *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. v.2, p.59.

É necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. Daí a necessária separação de dois tipos de dispositivos: os que decorrem do estabelecimento do texto, das estratégias de escrita, das intenções do “autor”; e os dispositivos que resultam da passagem a livro ou a impresso, produzidos pela decisão editorial ou pelo trabalho da oficina, tendo em vista leitores ou leituras que podem não estar de modo nenhum em conformidade com os pretendidos pelo autor.⁶

Ou seja, todo esse processo de criação e diagramação da obra deve ser levado em conta ao se estudar a história de um livro, haja vista, como acabamos de expor, que cada livro conta mais que uma história: não só a que o autor propôs no texto inicial, mas também a que foi criada conforme o seu processo de produção. Assim, confirmamos o que já havíamos dito, que o objetivo maior deste artigo nada mais é que contextualizar a publicação. Mas isso é fundamental para entendermos o – ou os – motivos para a criação da obra. Afinal, analisar a conjuntura na qual o objeto se insere é primordial para compreendermos como se deu a apropriação deste livro por seus leitores, nos moldes de Chartier:

A tarefa do historiador é, então, a de reconstruir as variações que diferenciam os “espaços legíveis” – isto é, os textos nas suas formas discursivas e materiais – e as que governam as circunstâncias de sua “efetuação” – ou seja, as leituras compreendidas como práticas concretas e como procedimentos de interpretação.⁷

A pretensão deste artigo, portanto, não é mais que decifrar o contexto da produção da obra através de seus *espaços legíveis*. Assim, a pesquisa deste trabalho se torna mais uma ferramenta, um instrumento inicial para se pesquisar a história das leituras do livro, em Portugal e no Brasil Colonial.

DESENVOLVIMENTO

Esclarecidas as questões iniciais, entraremos agora diretamente na pesquisa do nosso *espaço legível*. Para dar uma sequência ordenada ao trabalho, inicialmente

⁶ CHARTIER, Roger. *História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p.127.

⁷ CHARTIER, A ordem dos livros e comunidades de leitores. In: *A ordem dos Livros*. Brasília: UNB, 1994. p.12.

descreveremos detalhadamente o livro em seus aspectos físicos e gráficos. Posteriormente, analisaremos o contexto de surgimento do livro na sociedade portuguesa de meados do século XVIII. E ao final serão feitas considerações a partir do exposto.

2.1 Descrição física do livro

A obra em questão foi publicada com o título: *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus, chamado por antonomasia O Grande: aclamado no mundo por Príncipe dos Oradores Evangelicos, Prégador Incomparavel dos Augustissimos Reys de Portugal, Varaõ esclarecido em Virtudes, e Letras Divinas, e Humanas; Restaurador das Missões do Maranhão, e Pará. Dedicada ao Serenissimo Senhor Infante D. Antonio pelo P. André de Barros da Companhia de Jesus*. A biografia, escrita pelo referido padre, foi publicada – com permissão dos Superiores e Privilégio Real – em Lisboa pela Nova Officina Sylviana no ano de 1746. É dividida em cinco partes, denominadas livros. Com as seguintes palavras inicia-se o Livro I da biografia:

Proponho ao Mundo hum dos maiores homens de Portugal, e proponho a Portugal o mayor homem, que em muitas idades elle deo ao Mundo. O padre ANTÓNIO VIEYRA, gloria da nossa Nação, inveja das estranhas, Ilustre immortal da Companhia de JESUS, he o elevado assumpto desta História.⁸

Antes, porém, da página em que padre André de Barros revela a intenção mor da obra, há diversas outras informações, e é a partir delas que conseguiremos chegar ao contexto de produção da obra e ao caminho que o livro seguiu durante sua feitura. Primeiramente nos deteremos a descrever detalhadamente os aspectos gráficos e físicos da obra.

Faz-se necessário apontar que as observações a seguir são exclusivas do exemplar existente na Biblioteca Central da UFMG. Outros exemplares da mesma edição da obra podem conter características físicas diversas, visto que, como assinalamos anteriormente, cada livro possui a sua própria história.

⁸ BARROS, 1746, p.1

A encadernação do livro ainda é original, apesar de algumas intervenções internas. A capa é em couro pleno, marcado na lombada por nervuras e douração manual. A costura dos cadernos está arrebitada em alguns pontos, e o cabeceado está se desfazendo, mas não aparenta ter havido intervenção para retardar ou impedir o processo. O tecido que liga o miolo costurado do livro à lombada foi substituído por um papel novo, mas o reparo mal feito (provavelmente executado a menos de 50 anos, devido ao tipo de papel utilizado e às informações impressas contidas nele) já está se soltando.

O miolo do livro é composto de folhas de papel de trapos, ainda em ótimo estado de conservação, e os cortes do miolo foram decorados com tinta vermelha. Os cadernos são numerados por letras impressas no canto inferior da página inicial de cada um; há glosas (observações e explicações impressas na margem exterior da página) e reclames (repetição de palavras que se dão ao final de uma página e início da seguinte) em todas as páginas, exceto na folha de rosto. As páginas começam a ser numeradas a partir da primeira página do livro I, ou seja, os elementos pré-textuais não são paginados, apesar de serem ordenados. Sobre as imagens pode-se notar que são todas xilogravuras originais, impressas no papel após o texto. As letras capitais, também gravadas posteriormente, têm a denominação de históricas por apresentarem cenas e cenários da vida humana, não necessariamente ligados ao assunto do livro.

O que se observa ao analisar materialmente o livro é que este apresenta um formato muito comum ainda no século XVIII, com alguns elementos bem arcaicos, advindos ainda dos livros manuscritos, nos quais os copistas utilizavam de estratégias como os reclames para não interromper a leitura do texto durante a mudança de página.⁹ Outras características que guardam referência nos livros manuscritos são: a ordenação alfabética dos cadernos, as xilogravuras originais e a costura artesanal. São todas técnicas que, principalmente a partir do século XIX, foram sendo modificadas e adaptadas conforme se desenvolviam as impressoras, e o trabalho ia tornando-se cada vez mais mecânico e industrial. Mas até o século XVIII, como se percebe por este exemplar, a confecção do livro impresso ainda era

⁹ DIAS, Elizangela Nivardo. A História, a Codicologia e os Reclames. In: *Histórica: Revista online do Arquivo Público de São Paulo*. v. 4, ano 1, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.historica.arquivos.tado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao04/materia01/codicologia.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2010.

muito parecida com a feitura dos livros manuscritos.¹⁰ Nunca é demais lembrar que usos e costumes coexistem, interagem e criam novas relações o tempo todo.

2.2 Contexto de criação do livro

O contexto vivido em Portugal na primeira metade do século XVIII aponta para uma importante fase de transformações. O reinado era de D. João V, o magnífico. Este

[...] ascendeu à realeza na época em que a Europa sentia o peso da hegemonia de Luís XIV, em que Portugal estava envolvido na complicada teia da Guerra de Sucessão de Espanha e em que o Brasil descobria o seu potencial em ouro e diamantes. Vivendo o nosso país na órbita da Inglaterra, impunha-se obter um novo equilíbrio para garantir a neutralidade entre os grandes blocos. Para isso, D. João V tinha de criar uma imagem de grandeza que acabasse, nas relações externas, com a posição secundária do País. O fausto do seu reinado visou essa política, depois completada com a absorção do modelo cultural transpirenaico que marcou, de forma perdurável, o nosso classicismo de Setecentos.¹¹

Sucessor de D. Pedro II, D. João V governou de 1707 até sua morte em 1750. Seu reinado foi considerado a época áurea do absolutismo em Portugal, chamado pela maioria dos historiadores da atualidade de apogeu do Portugal Barroco. Durante o período joanino foram reformulados os rituais da corte – claramente influenciados pela corte francesa de Luis XIV – e foi redefinida sua hierarquia, para afirmação da supremacia régia portuguesa. Em grande parte, graças ao ouro encontrado no Brasil, o rei pôde incentivar as artes e a cultura portuguesa, através do mecenato a artistas e escritores nacionais.¹² O Palácio-convento de Nossa Senhora e Santo Antônio de Mafra é a tradução mais visível do contínuo investimento cultural e artístico do reinado de D. João V. O prédio que inicialmente seria construído para abrigar uma centena de frades acabou se transformando num

¹⁰ FEBVRE, Lucien Paul Vitor; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista; Hucitec, 1992. 572p.

¹¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. A Monarquia Absoluta: A realeza de D. João V. In: _____. *História de Portugal: A restauração e a Monarquia Absoluta. (1640 – 1750)*. Lisboa: Editorial Verbo. 1982. v.5, p.234.

¹² BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na Época Moderna. In: TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 119.

magnífico convento para mais de 300 religiosos, com uma das bibliotecas mais bonitas da Europa, e um Palácio para a família real. Não se pouparam despesas.¹³

Dentre as instituições culturais que tiveram início durante o reinado de D. João V, destaca-se a *Academia Real da História Portuguesa*. Foi criada em 1720 com o objetivo de registrar oficialmente os grandes feitos e acontecimentos e os principais personagens do passado português, importantes para a projeção internacional do reino e glória da nação.¹⁴

O autor da biografia em estudo, Padre André de Barros, foi um membro da Academia desde seu início. Não se conseguiu identificar qual era o teor das pesquisas e textos de André de Barros publicados pela Academia, mas sabe-se, pelos registros dos censores, que esta obra sobre o Padre Antônio Vieira foi publicada sem nenhuma ligação oficial com a Academia, assim como algumas outras. Definiu-se que não são da Academia porque “os livros da Academia Real apresentam-se ao leitor sem qualquer tipo de aprovação censória exterior à própria Academia.”¹⁵ Isto é, a Academia Real de História Portuguesa tinha seus próprios censores, eles mesmos acadêmicos, e por isso seus livros não precisavam passar pela autorização do Desembargo do Paço. As autorizações do Santo Ofício e do Ordinário existiam, mas não eram impressas nos livros. Como a biografia em estudo apresenta impressas todas as autorizações para impressão e circulação, podemos concluir que o livro não fez parte das publicações oficiais da Academia Real de História Portuguesa.

Dado o contexto geral da época da publicação da biografia, passaremos a analisar agora o caminho de publicação da biografia, a partir dos dados impressos na folha de rosto e seguintes.

Na folha de guarda, a primeira que observamos ao abrir o livro, há a seguinte inscrição: *Este livro pertence à Dona Paula Joaquina de Menezes. Custou 1500 no Anno de 1748*. Seria esta mulher a primeira proprietária desta biografia? Ela teria trago o livro ao Brasil? Ou será que o livro teria sido comprado por ela já em terras coloniais? Todas essas questões nos levam a uma infinidade de suposições e idéias

¹³ MONTEIRO, Nuno G. F. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco. In: *Op. cit.* P.137 et seq.

¹⁴ MOTA, Isabel Maria Henriques Ferreira da. *A Academia Real da História: A história e os historiadores na primeira metade do séc. XVIII*. 2001. Tese (Doutorado em Letras, área de concentração: História Moderna e Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2001.

¹⁵ *Ibidem*, p.33

sobre o trajeto deste livro desde sua impressão em Lisboa, até a atualidade, que invariavelmente nos instigam a outras pesquisas. Certamente essa marca de posse nos diz sobre uma provável leitora – ou pelo menos proprietária – deste livro, e é um vestígio que conecta a história deste livro à história das leituras que se fizeram dele. Mas voltaremos a esta discussão ao final do trabalho.

Todas as informações a seguir, anteriores ao texto principal do livro, são vestígios de todo seu processo de produção, do manuscrito feito pelo autor à impressão final. Assim, os produtores do livro deixaram registrados em suas páginas não só a história da vida do Padre Antônio Vieira, mas também todo o trajeto de criação da própria obra – influência da produção na sua interpretação. Todas essas informações são essenciais para se escrever a história do livro, objeto deste estudo.

Em seguida à folha de guarda, encontra-se a folha de rosto, com seus elementos comuns até hoje: título do livro, autor, local de impressão, data.

Sobre o autor, o padre jesuíta André de Barros, não conhecemos informações aprofundadas. No próprio livro, os censores descrevem e elogiam o biógrafo em seus textos de autorização:

Desta insigne obra he Autor o M.R.P.M André de Barros da mesma Sagrada Companhia, Academico do numero da Academia Real de Historia Portuguesa, Preposito que foi da Casa Professa de S. Roque desta Corte, e Sujeito famoso; cujo nome o mesmo he ser ouvido, que respeitado, porque nelle se achão todos os predicados, que concorrem a fazer hum Escritor prefeito.¹⁶

Sabe-se, complementando a descrição do censor, que André de Barros nasceu em 1675 e faleceu em 1754, em Lisboa. Publicou diversas outras obras¹⁷ com escritos selecionados do Padre Antônio Vieira e era um de seus principais estudiosos.

¹⁶ BARROS, 1746, Carta do Censor Frei José Pereira de Santa Anna.

¹⁷ Cf: BARROS, André de (org). *Vozes Saudosas, da eloquencia, do espirito, do zelo e eminente sabedoria do Padre Antonio Vieira da Companhia de Jesus, Prégador de Sua Magestade, e Principe dos Oradores Evangelicos: Acompanhadas Com hum fidelissimo Echo, que sonoramente resulta do interior da obra Clavis Prophetarum. Concorda no fim a suavidade das Musas em elogios raros. Tudo reverente dedica Ao Principe Nosso senhor O P. André de Barros, da Campanhia de Jesus, Academico de numero da Academia Real de Historia Portuguesa*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1736. t.1, 315p.; BARROS, André de (org). *Sermões varios e Tratados, Ainda não impressos do Grande Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus Offerecidos á Magestade Del Rey D. João V. Nosso Senhor pelo P. André de Barros da Companhia de Jesus. Tomo XV. E de Vozes Saudosas Tomo II*. Lisboa: Officina de Manoel da Sylva. 1748. v. 15, t. 2, 434 p. Volumes disponíveis em: <<http://www.brasiliana.usp.br>>. Acesso em: 11 dez. 2010.

Como foi dito, apesar de membro da Academia Real de História Portuguesa, os livros organizados ou escritos por Barros sobre o outro padre jesuíta não foram publicados sob os auspícios da Academia, vide todas as cartas de autorização da censura portuguesa impressas anteriormente ao texto principal. Mas, não por isso o biógrafo André de Barros deixou de buscar a proteção da realeza para financiar a publicação sobre Vieira. Até porque “[...] todos os acadêmicos tinham consciência da necessidade da proteção real”.¹⁸

A busca pela proteção real é expressa já na dedicatória presente no título da publicação, direcionada ao infante Dom Antônio de Bragança (1695 – 1757), irmão do rei D. João V. Na página seguinte à folha de rosto, encontra-se uma carta dirigida ao nobre, com o pedido de proteção real, da qual reproduzimos um trecho:

Os altos espíritos de hum príncipe não se abatem a humildes empregos; e é tão sublime acção proteger a hum Grande, que mutuamente se dão e recebem gloria hum do outro: o defendido, porque o foy de hum Príncipe; e o Príncipe, porque protegeo a hum Heróe. Este he o motivo Senhor, porque se animou o meu pensamento a pôr-me aos pés de V. Alteza, offerecendo à Soberania Real huma ocasião de illustre gloria, em que o Padre Antônio Vieyra achará vivo, e florescente no Ramo aquelle favor, que experimentou no Tronco; isto he, no Real Neto a Augusta dignação dos Immortaes Avós.¹⁹

A justificativa de Padre André de Barros para ter escolhido D. Antônio como mecenas vem do fato de que Padre Antônio Vieira escreveu duas orações panegíricas quando do nascimento do infante. Assim, para Barros, “Não tinha V. Alteza, mais illustre Orador; e nem elle que invejar a outrem Mecenas mais agosto.”²⁰

Logo após a carta encontramos as reproduções de toda a documentação dos órgãos censores do império português autorizando a impressão e venda do livro. Nesta ordem estão as licenças para impressão: Da Religião, Do Santo Officio e Do Paço pra impressão da obra: “Que se possa imprimir, vistas as licenças do Santo Ofício, e Ordinário, e depois de impresso tornará à Mesa para se conferir, e taxar e dar licença para correr que sem isso não correrá. Lisboa, 21 de Mayo de 1745.”²¹ Em seguida estão ordenadas as licenças e a autorização para correr da Religião, do Ordinário e do Paço respectivamente. Segundo Rubens Borba de Moraes,

¹⁸ MOTA, 2001, p. 22.

¹⁹ BARROS, 1746, *Sereníssimo Senhor et seq.*

²⁰ *Ibidem*, *Sereníssimo Senhor et seq.*

²¹ BARROS, 1746, p.SSS.

[...] em Portugal era muito comum, nos séculos XVII e XVIII, transcrever os despachos dados ao requerimento, pedindo licenças. Muitas obras portuguesas desse tempo não reproduzem os despachos somente, mas os pareceres dos censores. Esses pareceres são, muitas vezes, uma longa crítica elogiosa.²²

Realmente é possível verificar este fato através dos textos dos censores da biografia. Todos os textos são estruturados a partir de longos elogios e louvores tanto ao autor da obra quanto ao biografado.

Na página seguinte, há o *Summario do Privilégio*, que é um pequeno texto alarmando os desavisados das consequências de se imprimir o livro sem a autorização do autor e das autoridades. Moraes explica muito bem como eram concedidos esses privilégios:

Para evitar uma concorrência funesta, a fim de defender o seu capital e o seu trabalho, muito cedo os impressores pediram ao governo leis que os protegessem. Já no século XV alguns países protegiam os impressores contra essa concorrência. Quando um impressor queria imprimir o livro, requeria ao seu governo o direito de ser o único a poder editá-lo, mandar imprimir, vendê-lo, negociá-lo enfim, durante um certo número de anos. Durante esse tempo, qualquer outra edição desse livro era ilegal. A lei autorizava a apreensão e o infrator estava sujeito a multas e outras penalidades. Essa faculdade de ser o único a poder imprimir e negociar determinada obra, durante certo número de anos, era chamada *privilégio*.²³

Inclusive, é importante esclarecer aqui que na bibliografia consultada não foi encontrada nenhuma informação sobre a *Officina Sylviana*; nem quem eram seus editores e impressores, e onde se localizava, bem como quais os livros publicados e por quanto tempo permaneceu em funcionamento. O único registro que encontramos de sua existência é o do próprio livro.

Depois das censuras e do sumário do *Privilégio*, há a *Notícia Prévia*, uma espécie de prefácio, com um resumo da obra e um breve histórico da dificuldade de se encontrar um autor disposto a escrever a história de Padre Antônio Vieira. Por não conter nenhuma assinatura ou identificação de autor no texto, pode-se considerá-lo como sendo de autor desconhecido, ou até mesmo escrito pelo próprio autor, Padre André de Barros. De qualquer modo, segundo o prefaciador, tal empresa estava sendo tentada desde a notícia da morte de Vieira, mas ainda não

²² MORAES, 2005, p. 129.

²³ *Ibidem*, p.127 – 128.

havia podido ser satisfatoriamente realizada. Para finalizar, o último parágrafo da Notícia Prévia contém um recado ao leitor:

Saiba emfim, quem lêr esta Historia, que voluntariamente omittimos algumas noticias, que podíamos dar deste esclarecido Varaõ; humas por muito identicas, outras por não accrescentarem nóva singularidade ao nosso argumento: e ninguem nos poderá negar, que deve o Historiador ter selecção, do que ha de escrever. Ha couzas que desdizem, ou da gravidade, ou da fermosura da Historia; e tão acertadamente se referem humas acções, como se cálaõ outras, ainda virtuózas. Dada esta preambula noticia, entremos a vêr nesta pintura, qual he a face dos Heróes.²⁴

Este parágrafo suscita uma série de questões sobre a produção do livro, as quais serão discutidas aqui rapidamente. Independentemente da Notícia Prévia ter sido escrita pelo Padre André de Barros ou algum supervisor jesuíta, fato é que o presente parágrafo nos diz muito sobre o processo de seleção da informação a ser publicada. O que deveria entrar para os registros históricos portugueses?; qual memória deveria ser preservada?; qual era o significado e os objetivos da escrita da História naquele momento?; como deveria ser a seleção de fontes e bibliografias do historiador? Essas são algumas das perguntas que instantaneamente vêm à mente ao se deparar com um trecho como este. Mas são problemas que vão para muito além do objetivo deste texto e merecem pesquisa mais profunda e específica, pois abarcam um campo muito mais amplo que o da História da Leitura.

Na próxima folha, a última antes do início do texto central, foi xilografada uma imagem do Padre Antônio Vieira, com a assinatura de *Carolus Grandi sculp, 1746*. A imagem representa uma das muitas facetas de Padre Vieira, a do missionário. O padre ocupa o centro da imagem, e é representado como se estivesse discursando, com a mão direita apontada para o céu e a esquerda apoiada no ombro de um índio sentado, coberto com panos. Sua face dirige-se a outro índio, este ajoelhado à sua frente e com as mãos apoiadas no peito, ainda usa suas vestes características, mas já foi claramente tocado pelo discurso do jesuíta. Ao pescoço o Padre carrega o crucifixo, e na cintura o terço. São esses os símbolos de sua fé e missão. O cenário do quadro é composto no primeiro plano por árvores e aves de aparência exótica, e atrás percebem-se outros indígenas em seus afazeres cotidianos. Mais ao fundo da imagem há dois navios, simbolizando o poder e o apoio do reino português e da Igreja Católica nessa empreitada longínqua e árdua, porém nobre, a que se

²⁴ BARROS, 1746, p. Notícia Prévia *et seq.*

destinavam os jesuítas nas novas terras da coroa portuguesa. Pesquisando em outras fontes, pudemos perceber que essa imagem foi largamente reproduzida, muitas vezes com algumas modificações, e é muito conhecida. Estudar a iconologia dessa imagem e sua transformação através das diversas formas em que foi reproduzida é assunto para um trabalho em separado, detalhado e mais voltado às questões relacionadas à imagem. De qualquer forma, pode-se perceber a importância da imagem para representar a imagem principal que se quis passar a respeito do padre: a sua importância e influência enquanto missionário jesuíta. Um exemplo a ser seguido.

Para finalizar esta análise, voltemos ao primeiro item na ordem de abertura do livro: a marca de posse deixada por uma proprietária. A marca de posse é um registro deixado no livro pelos (ou por um dos) proprietários que o possuíram por determinado tempo ao longo de sua trajetória até o presente. Mas, como foi dito anteriormente, não significa necessariamente que a pessoa que deixou o registro de posse o leu. Além de fonte de informação, o livro também era (e ainda o é) considerado valioso como objeto. Podemos supor que Dona Paula Joaquina de Menezes o adquiriu por se afeiçoar ao trabalho dos jesuítas e querer saber mais da história do famoso padre. Talvez várias outras mulheres o tenham lido também e, talvez, este tenha se tornado o principal público leitor da obra. Até mesmo o fato deste livro ter “sobrevivido” até os dias atuais é passível de questionamentos: ele existe ainda hoje porque foi esquecido na estante de alguma biblioteca particular e passou por gerações sem causar grande interesse, ou, pelo contrário, por ser tão importante para determinada família ou instituição acabou chegando quase intacto ao século XXI. Por hora, não se pode fazer mais que suposições sem muitos fundamentos.

Podemos apenas inferir que esse simples registro de posse, duas frases tão pequenas podem ser um elo entre a história do livro e a história de suas primeiras leituras. Mas, infelizmente, para descobrir quais os possíveis caminhos do livro após sua publicação, muitas outras fontes e pesquisas são necessárias. Outros exemplares da mesma edição, catálogos de livreiros e impressores são fontes essenciais para complementar essa história do livro e conectá-la definitivamente à sua recepção pela sociedade luso-brasileira de meados do século XVIII. Até porque,

conforme o pensamento de Paul Ricoeur, “sem leitor o texto é apenas um texto virtual, sem existência verdadeira.”²⁵

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história deste livro, da biografia a que se dedicou este artigo, é, como se pôde perceber, muito mais complexa do que a pequena introdução que foi dada nas páginas anteriores. Cada item discutido aqui pode ser ampla e separadamente analisado, problematizado. Alguns itens nem foram discutidos por não fazerem jus aos objetivos do artigo, mas certamente podem ser reformulados e abordados em outras oportunidades.

De qualquer forma, alcançando os objetivos propostos no início do trabalho, pudemos acompanhar nestas páginas o processo de transformação de um manuscrito a livro impresso, escrito em Portugal no século XVIII, particularmente durante o reinado de D. João V (importante lembrar que com a administração pombalina, na segunda metade do século XVIII, todo o processo de censura se modifica). Conhecemos um pouco da história do autor e toda a burocracia pela qual passou o manuscrito para poder ser legalmente publicado, destacando-se a censura e os privilégios reais que financiariam sua obra. O processo de produção do livro impresso ainda mantinha várias características físicas e formais dos primeiros livros impressos, mas os caminhos que poderia percorrer depois de pronto certamente eram mais amplos, e os leitores e leituras, os mais diversos possíveis.

Compreender em qual contexto este livro foi produzido foi o objetivo deste trabalho. Resta-nos agora tentar decifrar qual foi o caminho percorrido por ele até seu último comprador. Os interesses pelos quais o livro foi adquirido pela autora da marca de posse certamente não são os mesmos do professor Eduardo França Paiva.

O grande desafio deste trabalho foi encontrar uma bibliografia básica que fosse suficiente para uma análise inicial. Não que uma literatura mais especializada não exista, mas por ter sido um livro publicado em Portugal, a bibliografia mais

²⁵ RICOEUR, 1985 *apud* CHARTIER, 1999, p.122.

completa e aprofundada que poderia ser utilizada neste trabalho, de modo mais abrangente e especialista não foi possível ser acessada durante a pesquisa. A maioria dos livros que se conseguiu consultar é de cunho mais generalista e passa pelas questões relacionadas ao livro de modo muito superficial e geral. Por isso a falta de informações mais aprofundadas, por exemplo, sobre a editora que imprimiu o livro.

Mas há sim em Portugal uma ampla bibliografia sobre a história do livro e da leitura, abrangendo uma bibliografia que trata de temas e assuntos ligados ao livro que vão do século XV ao XXI. O livro de Diogo Ramada Curto²⁶ publicado pela Biblioteca Nacional de Lisboa é um ótimo referencial para o início dos próximos escritos relacionados ao tema e ao objeto.

Abstract

In this article we intend to analyse the history from the first posthumous biography published about the Priest Antônio Vieira, Jesuit religious and a character of great influence in political and social areas in Portugal and Colonial Brazil History. After describing the book in study, were conducted a small context of the book's production and publishing and then, a descriptive analysis of the book pre-textual elements, traces of the book's paths, during its production process. At the end, there were made many considerations on the possible book's paths after its publication, taking into account that the text has no life without the reader's interference.

Keywords: Book History. Priest Antônio Vieira – Biography. Eighteenth-century Portugal.

²⁶ CURTO, Diogo Ramada (coord.) *Bibliografia da História do Livro em Portugal. Séculos XV à XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2003. 216p.